



INCLUSÃO, DIFERENÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ADRIANA DA SILVA THOMA (IN MEMORIAM), BETINA HILLESHEIM,
CAROLINA DE FREITAS CORRÊA SIQUEIRA

ORGANIZADORAS



Adriana da Silva Thoma (*in memoriam*)
Betina Hillesheim
Carolina de Freitas Corrêa Siqueira
(Organizadoras)

INCLUSÃO, DIFERENÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS



Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2019

© *Copyright*: das autoras
1ª edição 2019

Direitos reservados desta edição:
Universidade de Santa Cruz do Sul

Editoração: Clarice Agnes, Caroline Fagundes Pieczarka.
Capa: Denis Ricardo Puhl (Assessoria de Comunicação e Marketing da UNISC)

I37 Inclusão, diferença e políticas públicas [recurso eletrônico] / Adriana da Silva Thoma (*in memoriam*), Betina Hillesheim, Carolina de Freitas Corrêa Siqueira (organizadoras). – 1. ed. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2019.

Dados eletrônicos. Texto eletrônico.
Inclui bibliografias.

Modo de acesso: World Wide Web: www.unisc.br/edunisc
ISBN: 978-85-7578-506-5

1. Inclusão em educação. 2. Política pública. 3. Programas de ação afirmativa. I. Thoma, Adriana da Silva. II. Hillesheim, Betina. III. Siqueira, Carolina.

CDD 379.26

Bibliotecária: Muriel Thurmer - CRB 10/1558



O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Bruna Moraes Battistelli
Luciana Rodrigues
Lílian Rodrigues da Cruz

Minha ciranda não é minha só
Ela é de todos nós [...]
Pra se dançar ciranda
Juntamos mão com mão
Formando uma roda
Cantando uma canção
(cantada por Lia de Itamaracá)

Que caminhos percorrer para pensar diferença e inclusão no campo da Política de Assistência Social? Aventurando-nos por esses eixos, propomos um encontro com quatro mulheres negras, pesquisadoras, intelectuais. Um encontro que nos permite lançar algumas interrogações que têm se mantido distantes das habituais pautas em discussão sobre a Política, convocando-nos a dar visibilidade às questões raciais implicadas nesse campo. Conceição Evaristo, discorrendo sobre o lugar da mulher negra na literatura brasileira, instiga-nos na escolha de pensadoras negras para compor este texto:

Sendo as mulheres negras invizibilizadas, não só pelas páginas da história oficial brasileira, mas também pela literatura [...]. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Surge a fala de um corpo que não é apenas *descrito*, mas antes de tudo *vivido*. (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2003, p. 6).¹

Nosso desafio é produzir rasuras que nos possibilitem problematizar o mito da democracia racial, que, presente em nossa cultura, também se encontra imbricado nas políticas sociais. Para isso, assumimos a forma de escrita do ensaio, propondo encontros que podem elucidar as questões que nos colocamos. Nesse caminho, o que pode o encontro entre bell hooks, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Sueli Carneiro? Buscando movimentar nossa produção, escolhemos dialogar, prioritariamente, com

¹ Neste trabalho, será utilizado o gênero feminino inicialmente, com o objetivo de resistir ao gênero masculino universal e neutro – que compõe a norma escrita do nosso idioma. Mesmo em discrepância com as normas da ABNT, escolhemos manter o nome completo das/os autoras/es, por uma posição ético-política.



autoras negras reconhecidas pelo lugar que ocupam na militância do movimento negro e na produção de conhecimento sobre mulheres negras, bem como em relação ao racismo. Renato Nogueira e Abdias do Nascimento surgem ao final do texto por sua relevância no tratamento do tema.

Pensando que a população negra ocupa os maiores índices de pobreza no país e que, segundo os últimos dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 70% dos domicílios que recebem algum tipo de benefício assistencial são chefiados por negras/os (em sua maioria, mulheres), torna-se fundamental a produção de análises no campo socioassistencial que se conectem às questões raciais. Assim, para produzirmos este ensaio –centrado na discussão do mito da democracia racial e de um ideal de branqueamento que persiste no cenário brasileiro e, portanto, também no campo das políticas públicas –, partimos da análise de alguns documentos da Política: as Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (2009); Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF II (2012); Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social (2016).

Os fios que tecem nossa escrita nascem da inspiração de nosso encontro com algumas mulheres. Nossa escolha, nesta escrita, é compormos um texto com histórias de mulheres; é produzir conhecimento com mulheres negras. Cada uma marca sua presença a partir de um lugar diferente e contempla nosso desejo por outras formas de produzir conhecimento. Mulheres negras que têm em comum uma produção que nos convoca a discutir o tema da raça nos espaços pelos quais transitamos.

Djamila Ribeiro (2017), filósofa, negra, ativista e brasileira, ajuda-nos a reconhecer a necessidade de pensarmos os diferentes lugares dos quais partimos como mulheres e intelectuais. Enquanto pesquisadoras na área das políticas públicas, a partir de um referencial teórico eurocentrado, é recente nossa mudança de perspectiva e cuidado com o tema das questões étnico-raciais no campo com o qual temos trabalhado nos últimos anos: a Política de Assistência Social. Portanto, as críticas que teceremos quanto à produção de conhecimento em Psicologia também se referem a nós mesmas, que também colaboramos, em nossas trajetórias acadêmicas, com um modo de pensar pautado em autores brancos europeus.

Nosso processo de mudança convoca-nos a buscar coerência na produção, fazendo-nos recorrer ao encontro com essas mulheres que produzem deslocamentos e nos provocam a repensar o que produzimos no campo Assistência Social. Por entre linhas e páginas de livros, essas mulheres percorrem o tema do racismo de formas peculiares e articuladas com suas histórias de vida. Histórias de vida que se encontram no entrelaçar das linhas. bell hooks (que nos instiga com seu nome grafado em letra minúscula) vem do sul dos Estados Unidos, é professora universitária e feminista ativista. Conceição Evaristo, com toda a sua sabedoria e delicadeza, vem de Minas



Gerais, assim como Lélia Gonzalez, que, ainda pequena, migrou com a família para o Rio de Janeiro, onde estudou história e filosofia. Sueli Carneiro é filósofa, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), fundadora e coordenadora do Geledés Instituto da Mulher Negra, sendo considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil. Todas trazem, para a nossa conversa, mundos diversos e singulares. Uma imensidão. A mais velha traz serenidade nas letras. A estrangeira assusta-se com o que encontra em nosso país tropical (já que onde mora as relações raciais se configuram por outras lógicas). As outras duas lutam para sustentar seus lugares como teóricas em um meio acadêmico predominantemente branco, trazendo consigo inquietações diversas e levantando vozes contra o racismo institucionalizado de nosso país.

Assim, propomos um encontro entre mulheres-pesquisadoras com o intuito de costurar histórias, produzir conhecimento e tensionar as dificuldades em discutir as questões étnico-raciais na Assistência Social, ou melhor, colocar em discussão o mito da democracia racial que nos perpassa, a partir da Política de Assistência Social. E aqui se faz importante demarcarmos não apenas o referencial que movimenta esta escrita, mas o lugar do qual falamos e o espaço que ocupamos na produção de conhecimento: o campo da Psicologia Social. Como bem aponta Djamila Ribeiro (2017), se partimos de pontos diferentes, precisamos demarcar também os lugares de onde parte a Psicologia Social² (campo de conhecimento múltiplo e com diferentes referenciais teóricos) e, mais precisamente, o lugar que assume a Psicologia Social na qual nos inserimos como pesquisadoras, para que possamos pensar os racismos que nela estão implicados.

O racismo epistêmico ou epistemológico é uma das dimensões mais perniciosas da discriminação étnico-racial negativa. Em linhas gerais, significa a recusa em reconhecer que a produção de conhecimento de algumas pessoas seja válida por duas razões: 1^o) Porque não são brancas; 2^o) Porque as pesquisas e resultados da produção de conhecimento envolvem repertório e cânones que não são ocidentais. Penso que a disputa para derrotar, ainda que parcialmente, o racismo epistemológico está no esforço por diversificar as leituras. Combater a injustiça cognitiva começa por deixarmos de privilegiar os modelos epistemológicos ocidentais. E, por fim, realizar uma comparação dos modelos de conhecimento, do repertório, criando condições para a polirracionalidade. Minha base para romper com o racismo epistêmico está nas leituras do filósofo Dismas Masolo. É preciso analisar o objeto de conhecimento por ângulos diferentes, mas também por meio de modelos de racionalidade diversos. Isto certamente servirá para enriquecer nosso acervo cognitivo. (RENATO NOGUERA, 2018)³.

2 Estamos inseridas em um programa de pós-graduação prioritariamente pós-estruturalista, com base em autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault.

3 Trecho de entrevista do filósofo Renato Noguera sobre afroperspectividade. Acessado em 20 de



Tecemos nossas ideias e seguimos nossa escrita acompanhadas de mulheres negras que, mesmo com algumas mudanças no cenário brasileiro, ainda têm pouca visibilidade como produtoras de conhecimento. Mulheres que não separam a vida da pesquisa e constituem sua prática acadêmica a partir do fio ético da experiência, que, articulada com as leituras que fazem do mundo, produz aquilo que com Donna Haraway (1995) podemos chamar de saberes situados. Mulheres que desejamos que façam cada vez mais parte da formação em Psicologia, que balizem outras práticas, que nos façam estranhar e compor outras possibilidades para os trabalhos desenvolvidos na Psicologia Social e na Política de Assistência Social.

Este capítulo é concebido a muitas mãos, uma vez que é uma escrita por/sobre/ com mulheres que tentam ocupar os espaços, as brechas, as frestas. E, no que diz respeito ao tema com que nos arriscamos a contribuir, precisamos ocupar todas as frestas disponíveis, pois é através delas que encontramos um caminho possível para pensarmos sobre o tema da inclusão e diferença na Política de Assistência Social, a partir do tensionamento do mito da democracia racial, que, presente em nossa cultura, também se encontra imbricado nas políticas sociais.

Inúmeras produções (SUELI CARNEIRO, 2011; LÉLIA GONZALEZ, 2010; DJAMILA RIBEIRO, 2017) têm discutido as implicações desse mito na constituição de nossas relações. Mito cujos efeitos nefastos continuam a marcar o corpo negro a “ferro e fogo” frente a um racismo institucionalizado – e, ao mesmo tempo, velado, já que não reconhecido –, com uma violência assustadora que se justifica, em grande medida, pela proteção e pelos privilégios dos chamados “cidadãos de bem” – curiosamente, em sua maioria, pessoas brancas de classe média/alta.

A Política de Assistência Social é organizada para acolher a quem dela precisar. A partir da ideia da garantia de direitos, fortalecimento de vínculos e seguranças afiançadas,⁴ a Assistência Social tem como foco pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social – a maior parte, mulheres negras. No entanto, nos documentos da Política de Assistência Social que consultamos, percebemos que não há registro

junho de 2018, <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>.

4 São seguranças afiançadas pelo SUAS: de acolhida, que é provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial; de renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho; de convívio ou vivência familiar, comunitária e social, que exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários; de desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; de apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos. (NOB SUAS, 2012).



sobre relações étnico-raciais, nem sobre racismo ou vulnerabilidade da população negra e indígena. Ou seja, apesar de a Política ser voltada, prioritariamente, para mulheres, ela não reconhece as particularidades desse público ao não mencionar questões raciais, o que torna imprescindível o questionamento sobre o caráter universal que ainda pauta as políticas e categorias que elas reproduzem.

Se pensarmos nas estatísticas de violência, o genocídio da população negra é alarmante, como se esta vivesse em um país diferente daquele onde vive a população branca brasileira. Tal discrepância é reafirmada pelo *Atlas da Violência* (2018):

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras. (p. 40).

Assim, é circulando por entre escritos de autoras negras que tentamos nos movimentar frente às questões colocadas nesta escrita. Como demarcamos acima, Conceição Evaristo é uma das mulheres que nos inspiram. É com uma de suas personagens que nos conta: “adoro inventar uma escrita” (p.107), e com ela nos perguntamos como inventar uma escrita que possa contemplar o tema do mito da igualdade racial a partir da Política de Assistência Social. Essa pergunta movimentamos para a produção de um trabalho pactuado, como nos fala bell hooks (2017), com parcialidades. Por isso, é importante que possamos também situar nossos lugares. Somos mulheres – uma negra, duas brancas – provenientes de diferentes situações econômicas e contextos sociais. Mulheres que falam a partir do contexto acadêmico. Pensar inclusão, diferença e políticas públicas nos faz sensíveis ao cuidado com as narrativas e com as histórias de vida envolvidas na produção de conhecimento.

Oriundas do contexto acadêmico, precisamos salientar que ele segue sendo basicamente sede do privilégio branco e da classe média/alta, além de continuar reproduzindo/afirmando a legitimidade de saberes que reafirmam esse mesmo privilégio. bell hooks (2017) fala-nos que escolhemos as parcialidades/opressões⁵

5 A autora citada, contextualizando o cenário a partir do qual produz suas análises, afirma que as/os professoras/es precisam entender com quais opressões estão pactuando seus trabalhos. Ela afirma que a sala de aula e a produção de conhecimento são marcadamente brancas, eurocentradas e



com as quais pactuamos e aponta que precisamos questioná-las para que possamos perceber nossa contribuição e, conseqüentemente, deixar de reforçar/estimular os sistemas de dominação. Por isso, a branquitude de quem planeja uma política como a da Assistência Social ou de quem aposta em determinadas políticas de pesquisa e produção de conhecimento precisa ser questionada para que a Política não continue a pautar-se em uma política universalizante: “necessitamos reconhecer nossa cumplicidade na aceitação e perpetuação de todos os tipos de parcialidade e preconceito” (bell hooks, 2017, p.60). É preciso que façamos uso de outras fontes de produção do conhecimento, de outras experiências para pensarmos velhos problemas. Renato Noguera, filósofo brasileiro, pontua a necessidade de pensarmos as questões que se colocam no contexto de nosso país pela busca de outras referências que não a literatura eurocentrada. Ele afirma:

Por isso, ainda que Deleuze seja muito importante para os meus escritos, reconheço limites sérios. Como eu digo sempre, na esteira do filósofo Maldonado-Torres, os filósofos europeus têm essa mania colonial. Sem dúvida, Deleuze é um dos filósofos que mais tem nos ajudado em nossas insurreições. Mas como desejamos criar aldeias e quilombos filosóficos, Deleuze só ajuda a destruir os velhos castelos ocidentais da Filosofia. Para construir a aldeia quilombista precisamos de pessoas que filosofam com samba. (RENATO NOGUERA, 2018).⁶

Precisamos pensar o racismo e o embranquecimento da produção acadêmica em Psicologia Social, que pouco reconhece ou legitima produções de conhecimento além das produções eurocentradas. Uma mudança de perspectiva epistemológica que vamos construindo aos poucos, diante da necessidade de colocarmos em questão nossas práticas e produção acadêmica. Ressignificar nossos privilégios e lugares de fala são um exercício que parte de mudanças de perspectivas em relação a como abordamos nossas questões de pesquisa.

Algumas advertências importantes para leitoras e leitores: este é um ensaio produzido por fragmentos e busca fazer uso de linguagem acessível. Mesmo correndo o risco de simplificação, afirmamos a necessidade de pensarmos a linguagem com a qual narramos a produção de conhecimento – inspiração de Lélia Gonzalez, que em sua obra se preocupava com esse fato (DJAMILA RIBEIRO, 2017).

masculinas.

6 Entrevista do filósofo Renato Noguera sobre afroperspectividade. Acessado em 20 de junho de 2018, <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>.



Compondo fios para pensar a Política de Assistência Social

As mulheres são, em sua maioria, o público “alvo” da Política de Assistência Social. Mulheres que, nesse campo, se constituem em uma categoria universal: “mulheres em situação de vulnerabilidade”. Isso nos leva a seguir o que Djamilia Ribeiro (2017) aponta: a necessidade de pensarmos a partir dos lugares marcados dos grupos sociais, e não de categorias universais. A autora salienta que não é possível ignorarmos, por exemplo, o fato de que 39,6% das mulheres negras no Brasil se encontram em relações precárias de trabalho. Se nos voltarmos para os indicadores de violência, como os disponibilizados no *Atlas da Violência* de 2018, veremos que alguns números parecem desaparecer quando da proposição de políticas públicas:

As categorias de gênero e raça são fundamentais para entender a violência letal contra a mulher, que é, em última instância, resultado da produção e reprodução da iniquidade que permeia a sociedade brasileira. Desagregando-se a população feminina pela variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já amplamente conhecido: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%. (p. 51).

Como constituir uma política que deveria pensar as relações entre vulnerabilidade, proteção social, fortalecimento de vínculos e função protetiva de famílias que necessitam da Assistência Social, sem problematizar as categorias em que está pautada? Mesmo com mudanças consideráveis, principalmente no que concerne ao entendimento de modos de ser família e da garantia de direitos além de medidas assistencialistas, a Política de Assistência Social ainda se encontra fundamentada em uma lógica universalizante em relação a como entende a população/público-alvo. Embora trate-se de sujeitos e famílias oriundos de diferentes lugares, devendo-se respeitar as particularidades dos territórios, permanece a ideia da universalidade, que não leva em consideração as especificidades da população negra.

Isso é notável no documento que especifica o trabalho social do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) (Brasil, 2012), quando nele encontramos sugestões de atividades com as famílias indicando que há certa forma de cuidar de crianças e adolescentes e de ser mãe e que o trabalho com as mulheres é que vai fazer com que a situação de vulnerabilidade em que se encontram seja “resolvida”. Pensando nas relações quanto ao mito da democracia racial, podemos ver que há uma suposta simetria entre brancos e negros que não passa de uma aproximação ideológica para reforçar estereótipos e desigualdades.



A ideia de democracia racial contribuiu (e contribui) para a produção de representações sobre uma suposta convivência harmoniosa entre brancas(os) e negras(os), ambos desfrutando de iguais oportunidades de existência. Contudo, essas representações são ideológicas e estão a serviço da manutenção de uma lógica social excludente que impossibilita o tratamento adequado de problemas sociais oriundos das relações raciais no Brasil. (CFP, 2017, p. 43-44).

É com Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez que nos questionamos quanto ao privilégio epistêmico trazido pelo privilégio social de termos um modelo acadêmico branco. Um privilégio que vai situar e posicionar as vozes, legitimadas ou não. Um privilégio que produz e reafirma desigualdades sociais, contribuindo para o processo de localização da discussão sobre o racismo (e necessidades da população negra e indígena) como pertencente somente à própria população interessada – o que, como efeito, gera a desresponsabilização das pessoas brancas. Maria Aparecida Silva Bento (2002) afirma que, no Brasil, o branqueamento é costumeiramente situado como um “problema do negro, que, descontente com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais” (p.25). Nesse sentido, a autora problematiza que o branqueamento se constata como um processo inventado e mantido pela elite brasileira branca, mesmo apontado como um problema da população negra.

A branquitude, enquanto sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesiais, no corpo docente das universidades públicas ou privadas etc. (SUELI CARNEIRO, 2007).⁷

Essa prevalência da brancura nos espaços de poder da sociedade compõe políticas universalizantes, as quais, conforme nos mostra Sueli Carneiro (2011),⁸ precisamos problematizar. A autora mostra que o problema das políticas públicas não necessariamente tem a ver com a falta de recursos, mas com um alto grau de desigualdades entre a população brasileira, que não consegue ser minimamente diminuído em decorrência dessa característica. Lélia Gonzalez (1988) critica a afirmação “a lei é para todos”, pois esta ratifica um cenário de produção de

7 Trecho de matéria de 2007, acessado em 20 de março de 2018, <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>.

8 Artigo de Sueli Carneiro publicado originalmente em 2003 no *Correio Braziliense*.



apagamento da população negra pela via do mito da democracia racial. “O debate focalização versus universalização faz supor que não haja focalização nas políticas universalistas no Brasil, que elas são neutras e igualitárias” (p. 98).

Nos documentos que analisamos para esta escrita, muito se discute em relação ao trabalho com famílias e mulheres, mas em nenhum momento são problematizadas/apresentadas as particularidades de como a população negra se constitui entre a parcela mais vulnerável quanto à desigualdade social. Podemos citar, como exemplo, a temática *desafios para a vida em família* (BRASIL, 2012). Quando se trata da juventude, não há menção alguma à violência policial ou ao racismo como fatores que levam à mortalidade dos jovens por causas externas. No entanto, não há como pensar as desigualdades sociais e o trabalho com juventude se não discutirmos o racismo intrínseco em algumas práticas estatais, por exemplo.

A defesa intransigente das políticas universalistas no Brasil guarda, por identidade de propósitos, parentesco com o mito da democracia racial. Realizam a façanha de cobrir com o manto ‘democrático e igualitário’ processos de exclusão racial e social que perpetuam privilégios. (SUELI CARNEIRO, 2011, p. 99).

A autora aponta que as políticas para enfrentamento da desigualdade social ainda são pautadas em ideais e metas econômicas, sendo assim fadadas ao insucesso e ao reforço do mito da democracia racial e da falsa igualdade de condições de acesso. Com Sueli, aprendemos que precisamos questionar as políticas públicas, as quais, mesmo com avanços, seguem negligenciando uma parcela da população brasileira (mais especificamente, metade dela). Essa negligência inviabiliza a população negra e suas especificidades, colocando-se na esteira do que a autora situa como epistemicídio.

A análise dos dados relativos à mortalidade, morbidade e expectativa de vida sustentam a visão de que a negritude se acha inscrita no signo da morte no Brasil, sendo sua melhor ilustração o déficit censitário de jovens negros, já identificados estatisticamente em função da violência que os expõe prioritariamente ao “deixar morrer”, além dos demais negros e negras, cujas vidas são cerceadas por mortes, preveníveis e evitáveis, que ocorrem pela omissão do Estado. Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. (SUELI CARNEIRO, 2014).⁹

9 CARNEIRO, Sueli (2014). Epistemicídio. Acessado em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/em-maio/2018>.



A relação entre desigualdade social e desigualdade racial é expressa pelo alto número de homicídios na população negra, o que conflagra um genocídio populacional. O *Atlas da Violência* (2018) aponta que, em 2016, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Pensando em um recorte de gênero, o mesmo documento apresenta a taxa de homicídios de mulheres negras, que foi 71% superior à de mulheres não negras. “Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade” (2018, p.40). Pensar esses dados e como eles desaparecem das discussões em relação à Assistência Social é essencial para tensionarmos como o mito da democracia racial ainda embasa a proposição de políticas públicas, principalmente as que deveriam ocupar-se da diminuição da desigualdade social. É preciso desestabilizar a ideia universal de pobreza que ainda perpassa a política.

Três textos e uma política pública

Como a questão racial e o mito da democracia racial aparecem nos documentos que orientam o trabalho na Proteção Básica? O racismo, mesmo com todos os avanços, ainda é assunto tido como tabu e tratado como um problema das pessoas negras – com uma desimplicação da maioria das pessoas brancas com o tema. Questionamo-nos sobre a dificuldade que temos em tratar mais claramente as questões de raça e gênero na Política de Assistência Social. Nós mesmas, em nossos trabalhos, não conseguimos aprofundar a temática, fazendo deste um primeiro exercício mais sistemático de análise.

Uma política que acolhe, prioritariamente, mulheres negras e suas/seus filhas/os precisa perceber as opressões com as quais está pactuada e a branquitude na qual está assentada. Uma produção de conhecimento baseada na branquitude (enquanto construção de identidade racial e lugar de privilégios) que respalda o trabalho das/dos trabalhadoras/es da Assistência Social que em sua maioria são mulheres e homens brancas/os. O exercício que nos propomos é sempre revisitar nossas próprias práticas para assim instigar a reflexão. Não há como descolonizar o pensamento sem que descolonizemos nossas próprias práticas e modos de produzir, exercício que também se faz necessário em relação a como vamos compondo nossa produção.

Com prosa e poesia, Conceição Evaristo vem produzindo conhecimento sobre narrativas, escrita e oralidade. É sobre mulheres negras que Conceição escreve. Mulheres que muito possivelmente poderiam ser usuárias dos serviços da Assistência Social. É com a escritora e pesquisadora que aprendemos o quanto narrar é um



exercício de ficcionalização da memória: “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas” (2017). As histórias de Conceição são recheadas de vivências, uma produção do coletivo, um passado que remete à escravidão e aos seus impactos, que ainda reverberam no nosso presente. Suas narrativas interrogam a maneira como contamos as histórias que nos interpelam, que inventamos e que colocamos em circulação quando pensamos o campo da Assistência Social.

O que poderia ser considerado histórias ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero, segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2003, p. 06).

Pensando em possibilidades de enfrentamento para o racismo impregnado em nosso meio social, propomos inspirarmo-nos em Conceição para acolhermos as histórias de mulheres que passam pelos centros e serviços oferecidos pela Política de Assistência Social. Mulheres que experienciam gênero e raça de modos distintos de mulheres brancas de classe média e que, assim, partem de lugares singulares. Mulheres que precisam de acolhimento para si e seus filho(a)s; que necessitam ter suas histórias e modos de existir respeitados. Para continuarmos a discussão, dada a necessidade de pensarmos as implicações do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade, propomos olhar com mais cuidado os temas sugeridos no documento¹⁰ para o trabalho com famílias no PAIF (BRASIL, 2012).

Abdias Nascimento (2009),¹¹ discorrendo sobre o mito da democracia racial, afirma que vivemos em um país que se define como nação racialmente democrática, mesmo com um desenvolvimento histórico que revela uma estrutura social essencialmente racista. Lélia Gonzalez (1988) aponta as diferenças entre o racismo oriundo de uma colonização anglo-saxônica e o originado de uma colonização hispânico-portuguesa. No primeiro caso, de acordo com a autora, há um racismo aberto, em que se estabelece que a pessoa negra é aquela que tenha tido um antepassado negro. Nesse contexto, a miscigenação é algo impensado, e a

10 Como temas sugeridos, o documento apresenta: quais são e como acessar nossos direitos; os desafios da vida em família; a vida no território: superando vulnerabilidades e identificando potencialidades (Brasil, 2012).

11 Texto “Democracia racial: mito ou realidade?”, trecho da tese apresentada por Abdias do Nascimento no II Festival de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac), em 1977. Acessado em 18 de junho de 2018, <https://www.geledes.org.br/democracia-racial-mito-ou-realidade/>.



segregação foi o modelo seguido. Já no segundo caso, nas sociedades de origem latina, há um racismo disfarçado ou por denegação, como a autora afirma. Nessa situação, prevaleceram as teorias da miscigenação e da democracia racial como política de Estado. Para a autora, neste segundo caso, é preciso atentarmos para a formação dos estados ibéricos e seu violento controle racial – violência e controle que ganharam força também com o processo de colonização na América Latina.

Uma política social como a da Assistência Social tem como principal alvo a população pobre, negra e feminina no país. Portanto, por lógica, a temática racial precisava estar referida e colocada como questão na Política. Mas... Um vazio na busca operada nos documentos assusta. Ou nos diz uma obviedade? Quando se colocam sugestões de temas para o trabalho com famílias (BRASIL, 2012), é notável uma perspectiva universal sobre famílias e modos de cuidar crianças e adolescentes. O que seriam as especificidades do ciclo vital, por exemplo?

As especificidades do ciclo vital dos membros das famílias, as formas de convívio intergeracional – construção dos vínculos protetivos e resolução de conflitos intergeracionais, as ofertas existentes no território que garantem a proteção dos membros mais vulneráveis das famílias. (BRASIL, 2012, p. 32).

Percebe-se um conhecimento acadêmico não necessariamente condizente com a realidade brasileira, mas servindo para embasar o entendimento de situações peculiares. Como pensar as especificidades de cada ciclo vital sem entender o impacto de ser uma mulher negra em uma periferia ou um adolescente negro em situação de medida socioeducativa? Como acolher uma mulher que perdeu seu filho pela violência policial? Se a manchete da notícia diz que “o Brasil é o 4º país com mais mulheres presas no mundo” e dados apontam que temos a terceira maior população carcerária mundial, esses temas escapam aos documentos que analisamos. A maioria das mulheres e homens presos são negros, mas não há menção a esses dados em documentos que devem servir de base para o trabalho com a Proteção Social Básica – porta de entrada para a Política de Assistência Social, que deveria ocupar-se com a promoção e o fortalecimento de vínculos.

Enquanto as desigualdades forem discrepantes e a dificuldade de metade da população (branca) em discutir seus privilégios se mantiver, é preciso que se marquem posições identitárias e suas necessidades. Entendemos e salientamos que as opressões de classe, raça e gênero não são hierarquias e se constituem como meandros que se articulam. Portanto, o recorte que escolhemos fazer quanto ao tema das questões raciais diz respeito a como estamos pensando nossa produção de conhecimento em relação à Assistência Social.

Lélia Gonzalez ajuda-nos a entender que, para conseguirmos avançar na



discussão sobre direitos e privilégios, precisamos ter claro que aqueles que têm o privilégio social detêm o privilégio epistêmico, o que colabora para o desaparecimento de discussões como a das relações raciais de determinados lugares. “Desde os tempos da escravidão, o instrumento mais valioso de genocídio físico e espiritual da raça negra tem sido a estrutura do poder político de branqueamento da população brasileira” (ABDIAS NASCIMENTO, 2009). O autor afirma que, no conceito de democracia racial, no caso brasileiro, apenas um dos elementos tem qualquer direito ou poder: o branco.

Há dados que refletem algumas mudanças quanto à desigualdade social, por exemplo, “a redução da vulnerabilidade social dos negros entre 2011 e 2015 fez com que, pela primeira vez, a população negra ocupasse a mesma faixa que a população branca, ambas na faixa de baixa vulnerabilidade social, ainda que com uma diferença substancial entre elas (37%)” (IPEA, 2018, p. 22). Mas ainda, esses dados reafirmam o fracasso da democracia racial e a necessidade de pensarmos as relações étnico-raciais e suas implicações com a Política de Assistência Social.

Nas áreas urbanas, destacam-se os cruzamentos dos resultados para mulheres negras e homens brancos. Esta análise permite a avaliação da disparidade entre diferentes grupos sociais no Brasil, evidenciando a necessidade que o país tem em avançar na diminuição das desigualdades entre negros e brancos, bem como entre homens e mulheres. Em 2000, a maior diferença observada na comparação entre mulheres negras e homens brancos residentes em áreas urbanas estava na dimensão renda e trabalho – igual a 40%, disparidade que aumenta em 2015 para 46%. (IPEA, 2018, p. 23-24).

Como constituir um trabalho na Assistência Social sem pensar nessas desigualdades raciais que persistem? O genocídio da população negra ganha nuances ao longo dos anos. Algumas políticas compensatórias, principalmente na área da educação, auxiliaram a amenizar as distâncias que vêm sendo constituídas desde a colonização do Brasil. Abdias Nascimento (2009) relata que, desde a abolição legal da escravidão, o racismo, como parte de uma estrutura política, vem sendo levado adiante por mecanismos de opressão bem definidos, com o objetivo de manter a supremacia branca isenta no país. Somente no documento de referência para o trabalho social com as famílias, a palavra *raça* surge: a Constituição Federal Brasileira de 1988 é a referência fundamental, pois, em primeiro lugar, define como objetivos da República Federativa do Brasil:

construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, p. 12).



O imperativo de que somos todos iguais perante a lei mascara as desigualdades raciais que vêm sendo construídas e reforçadas desde a invasão do Brasil pelos portugueses. Lélia Gonzalez (1988), pensando sobre as peculiaridades da colonização no continente americano e a presença negra na constituição do continente, propôs a elaboração de uma categoria que não ficasse restrita ao caso brasileiro. *Amefricanidade* surge, assim, como uma categoria possível para problematizar as relações raciais no continente americano, colocando em análise também as relações de colonialismos internos nele existentes (LÉLIA GONZALEZ, 1988). A autora relata que

o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (1988, p. 73).

Para cunhar a categoria de *amefricanidade*, a autora colocou em análise os efeitos do mito da democracia racial no cenário brasileiro e no trabalho para erradicação/diminuição das desigualdades sociais. Para isso, a autora ensina-nos que é preciso entender a constituição do Estado brasileiro e os efeitos do colonialismo português e hispânico na América Latina, além das relações com os Estados Unidos como fator de colonialismo interno no continente. O impacto da colonização portuguesa, a estratificação de raças e a insistência no branqueamento como política de Estado produziram e produzem efeitos subjetivos importantes. Nessa direção, a insistência de pensarmos as famílias na Assistência Social a partir de paradigmas pactuados por produções de conhecimento predominantemente acadêmicas produz determinados efeitos nos sujeitos atendidos pela Política. Novamente, Conceição Evaristo (2003) apresenta-nos outra perspectiva no que se refere à família e aos seus significados para a mulher negra:

[...] é preciso observar que a família representou para a mulher negra uma das maiores formas de resistência e de sobrevivência. Como heroínas do cotidiano desenvolvem suas batalhas longe de qualquer clamor de glórias. Mães reais e/ou simbólicas, como as das Casas de Axé, foram e são elas, muitas vezes sozinhas, as grandes responsáveis não só pela subsistência do grupo, assim como pela manutenção da memória cultural no interior do mesmo. (p.04).



Seria possível pensarmos uma política pública orientada por pressupostos não acadêmicos, a partir da produção de conhecimento de mulheres que teorizam e praticam, em suas vidas, outros modos de ser e cuidar? Indagamo-nos sobre essa possibilidade. Como seria se, por exemplo, as sugestões de temática para oficinas com famílias fossem produzidas por mulheres que vivem a Política de Assistência como usuárias? Pensando no fortalecimento de vínculos, carro chefe da Política: será que se consegue pensar o mesmo a partir da perspectiva da ancestralidade? Perguntas que nos fazemos...

Vidas que comem poeira a vida toda¹²: finalizando nossas histórias

Com Conceição Evaristo, bell hooks, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, aprendemos sobre a necessidade de pensarmos e abriremos espaço para histórias não hegemônicas, narrativas que não costumam ocupar os textos acadêmicos, e, com isso, questionarmos o privilégio epistêmico – costumeiramente branco e eurocentrado. Constituir encontros com pesquisadoras e escritoras negras serve não apenas para colocarmos em análise a temática de democracia racial e o branqueamento da população como política de Estado, mas também para problematizarmos a produção de conhecimento em Psicologia Social, ainda muito pautada em determinados referenciais: brancos, masculinos e eurocêntricos. A ampliação de narrativas e de perspectivas epistemológicas possibilita a criação de outros mundos que acolhem novas personagens que, costumeiramente, não encontram espaço na narrativa acadêmica.

Não temos respostas para uma produção de políticas públicas que consigam acolher grupos sociais em suas peculiaridades e necessidades ou que deem conta de todo o processo de exclusão e violência no qual é pautado o Estado brasileiro (que nem mesmo consegue assumir sua responsabilidade pela escravidão). O que oferecemos são pistas que colhemos com as autoras com quem nos propomos a conversar. Pistas que passam pela discussão das relações étnico-raciais, pela análise da branquitude da Psicologia Social como produtora de conhecimento e pela aposta em outros referenciais teóricos que contemplem as particularidades de nosso país. Enfim, seguimos por pistas que interrogam sobre o racismo incrustado na sociedade brasileira.

Mesmo com publicações que falem da diversidade da população atendida pela Assistência Social, há reticências que continuam consolidando universalismos e fortalecendo o mito da meritocracia como possibilidade de superação da vulnerabilidade – meritocracia que mantém os privilégios de quem ocupa determinadas

¹² O subtítulo faz referência à história “Zaita não arruma os brinquedos”, do livro *Olhos d’água*, de Conceição Evaristo (2016). Na história, um dos personagens diz que quer uma vida nova, com outras possibilidades, pois está cansado de ver os seus como vidas que comem poeira.



posições quase exclusivamente marcadas pela branquitude. No entanto, a população atendida nos diversos serviços da Assistência Social é negra e pobre, oriunda de territórios pouco investidos pelo poder público. Trata-se de uma seletividade que produz e reafirma lugares de privilégio e/ou falta de acesso a direitos.

Em fevereiro de 2018, uma reportagem apresentou estatísticas alarmantes sobre a erradicação de uma parcela da população brasileira: “a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. São 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência letal por ano, conforme destacado pela campanha Vidas Negras, lançada pelas Nações Unidas no país em novembro de 2017”¹³. A morte, a pobreza e a violência fazem parte do cotidiano da população negra e indígena. Um sofrimento que permeia vidas e constitui subjetividades. Conceição Evaristo ilustra essas relações e possibilidades de vidas que resistem às profundas desigualdades sociais do país.

Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância. Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. E era justamente nesses dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas. (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2016, p.16-17).

Pesquisamos uma política que prioritariamente atende mulheres, principalmente no eixo da Proteção Social Básica. Mulheres que se veem como responsáveis pelas situações vivenciadas por suas famílias, “alvos” de uma política que ainda se constitui seletiva (de quem dela precisar) e situadas como responsáveis pela resolução do que colocou foco em sua família. Mulheres que, com uma única renda, se percebem como chefes de família. Assim, o genocídio da população negra, a violência de Estado e a vivência do racismo estrutural são colocados em questão.

Produzir conhecimento em Psicologia Social que aborde eixos como inclusão, diferença e políticas públicas só será possível se conseguirmos situar questões como gênero e raça. O não aparecimento da discussão sobre racismo e raça nos textos analisados diz de uma história do Estado Brasileiro em que o mito da democracia racial pautou uma política de miscigenação e erradicação da população negra. Um genocídio que ainda faz reverberar a crueldade do longo período de escravidão que vivenciamos, mas que ainda não é reconhecido em sua magnitude e violência. Uma

¹³ Reportagem “ONU Mulheres chama de ‘escândalo’ morte de 23 mil jovens negros por ano no Brasil”, acessada em 21 de março de 2018, no link <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-chama-de-escandalo-morte-de-23-mil-jovens-negros-por-ano-no-brasil/>.



memória dessa violência se faz necessária para avançarmos no entendimento dos motivos dos avanços e retrocessos da Assistência Social como política que deve garantir direitos. O reconhecimento e acolhimento de outras formas de produzir conhecimento tornam-se necessários em um cenário em que ainda é escasso o número de professoras universitárias negras no Brasil.

Para avançarmos nas discussões sobre as políticas públicas e produzirmos outras possibilidades, é preciso mudarmos os pontos de vista e a literatura com que costumeiramente nos alinhamos para produzir nossos trabalhos. Portanto, pensar a questão do mito da democracia racial na Política de Assistência Social passa por problematizá-lo também em nossa produção de conhecimento. Que espaços e legitimidade conferimos a tantas mulheres negras que produzem conhecimento há muito tempo e são relegadas à marginalidade. Se nos repetimos, é por entendermos a importância do alinhamento de nossas práticas com o que problematizamos. Não bastam novas autoras se não conseguimos pensar em como produzimos nosso conhecimento. O deslocamento de referencial teórico é apenas parte de uma mudança que precisa vir acompanhada da revisitação de privilégios e lugares que ocupamos.

Salientamos que é possível e necessário o exercício ético de entendermos nossos lugares de fala e, quando estes envolvem a branquitude, pensarmos nossa implicação na produção de opressões com populações negras, indígenas, homens e mulheres. O reconhecimento do conhecimento do outro passa pela produção de outras narrativas – contra-hegemônicas –, que desfiem os fios do racismo, sexismo e classismo. Como bem diz Djamila Ribeiro (2017), é preciso reconhecer as identidades e como as instituições fazem uso delas para sustentar práticas discriminatórias e violentas. O convite que fazemos com nosso ensaio, constituído por fragmentos de diferentes histórias e autoras/es, é para tentar deslocar nosso relacionamento com a Política de Assistência Social para além da constatação de que é preciso inventividade e resistência por parte das/dos trabalhadoras/es. Em um país com 358 anos de escravidão e uma política estrutural pautada em racismo e embranquecimento da população como uma meta, salientamos nossa responsabilidade como parte de um ambiente acadêmico ainda restrito e pouco receptivo. Pensar inclusão e diferença na Política de Assistência Social é também problematizar essas questões na produção de conhecimento em Psicologia e, principalmente, colocar em análise nossas práticas pessoais como mulheres e pesquisadoras.



REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o trabalho social com famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF, 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília/DF, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica - NOB SUAS**. Brasília/DF, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 2012b.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 200 p.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016. 116 p.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- IPEA. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2018.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.

